**DE SALVADORES A PREDADORES: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A RESPONSABILIZAÇÃO DE *PEACEKEEPERS* POR ABUSO E EXPLORAÇÃO SEXUAL NA MINUSTAH**

Rafaela Teixeira Sena Daibes Resque[[1]](#footnote-1)

Camilly Gouvea Proença[[2]](#footnote-2)

**Resumo:** O presente artigo tem como objetivo analisar as lacunas e debilidades da Política de Tolerância Zero contra abuso e exploração sexual aplicada às Missões de Paz da Organização das Nações Unidas (ONU). Para tanto, foi realizado um estudo de caso, que teve por objeto a observação da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH), instaurada em 2004. A metodologia utilizada foi a análise de conteúdo a partir da análise de Relatórios e Resoluções da ONU e ONGs, somada à dados numéricos sobre as denúncias de abuso e exploração sexual. Os achados iniciais permitem concluir que a Política de Tolerância Zero só passou a ser implementada na MINUSTAH após os primeiros casos e, durante a vigência da missão, as medidas adotadas se mostraram ineficazes para evitar novas violências. A atual política de combate ao abuso e exploração sexual no âmbito das Missões de Paz da ONU tem natureza preventiva, mas não há mecanismos adequados de repressão aos abusadores ou de acolhimento e suporte às vítimas. Como consequência, há o prevalecimento de um cenário de impunidade para os soldados da paz e as suas vítimas acabam sendo duplamente postas em situações de abandono e vulnerabilidade internacional.

**Palavras-chave:** abuso sexual; exploração sexual; missões de Paz; ONU; MINUSTAH.

**FROM SAVIORS TO PREDATORS: A CASE STUDY ON PEACEKEEPERS ACCOUNTABILITY FOR SEXUAL ABUSE AND EXPLOITATION IN MINUSTAH**

**Abstract:** This article aims to analyze the gaps and weaknesses of the Zero Tolerance Policy against sexual abuse and exploitation applied to United Nations (UN) Peacekeeping Missions. For that, a case study was carried out, which had as its object the observation of the United Nations Stabilization Mission in Haiti (MINUSTAH), established in 2004. The methodology used was the content analysis from Reports and Resolutions from the UN and NGOs, together with numerical data on reports of abuse and sexual exploitation. The initial findings allow us to conclude that the Zero Tolerance Policy was only implemented in MINUSTAH after the first cases and, during the term of the mission, the measures adopted proved to be ineffective to prevent further violence. The current policy to combat sexual abuse and exploitation within the scope of the UN Peace Missions is preventive in nature, but there are no adequate mechanisms to repress abusers or to welcome and support victims. As consequence, there is a prevailing scenario of impunity for peacekeepers and their victims end up being doubly placed in situations of abandonment and international vulnerability.

**Key words:** sexual abuse; sexual exploitation; Peace Missions; UN; MINUSTAH.

# INTRODUÇÃO

Denúncias de abuso e violência sexual por parte de *peacekeepers* (soldados da paz) em missões de paz das Nações Unidas (ONU) não são uma novidade. Os primeiros casos remontam desde as primeiras intervenções oficiais após a Guerra Fria, na década de 90, e desde então são, praticamente, constantes das missões nos mais diversos países e ambientes (UFRGSMUN, 2013).

Em outubro de 2003, foi publicado o *Secretary-General’s Bulletin: Special mesures for protection from sexual exploitation and sexual abuse*, pelo Secretariado da ONU, em resposta à Resolução 57/306 da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), que tratava sobre a investigação de denúncias de exploração sexual praticada por agentes da paz contra refugiadas na região da África Ocidental. Além de estabelecer a definição de “exploração sexual” e “abuso”1, o boletim tratava da proibição de tais práticas por membros das missões de paz, uma vez que não apenas violam normas e parâmetros internacionais, como também prejudicam a credibilidade e integridade dos trabalhos desenvolvidos pela ONU. Esse documento constitui a origem da Política de Tolerância Zero das Nações Unidas em relação à exploração sexual e abuso cometidos por *peacekeepers*, uma vez que é a primeira normativa interna das Nações Unidas que trata especificamente sobre essas situações.

A política de Tolerância Zero tem uma atuação principalmente voltada a ações de prevenção, promovendo a capacitação e formação dos participantes das missões de paz em relação aos códigos de conduta e comportamento. Uma vez que a ONU não possui tropas próprias, os componentes militares das missões de paz são “disponibilizados” por outros Estados. Assim, com base na Resolução do Conselho de Segurança da ONU (SCR, sigla em inglês) n. 2272 (2016), são esses Estados os responsáveis por realizar as investigações e promover a responsabilização criminal, se for o caso, do agente acusado. No que concerne à competência da ONU, uma vez recebida a denúncia, o agente é afastado da missão e é designada uma unidade especial, no âmbito da missão, que é responsável, não apenas por receber as denúncias, como também por realizar as primeiras investigações com o objetivo de coletar e armazenar provas.

1 O Boletim do Secretário Geral da ONU define ‘exploração sexual’ como sendo como a prática ou tentativa de abuso de uma posição de vulnerabilidade, de diferença de poder ou confiança para fins sexuais, incluindo, mas não limitando, ao lucro econômico, social ou político da exploração sexual de terceiro. Por sua vez, ‘abuso sexual’ significa a prática ou tentativa de intrusão física de natureza sexual, seja pelo uso da força ou em circunstâncias de desigualdade ou coerção.

A despeito do surgimento da Política de Tolerância Zero, em 2003, no ano seguinte, foram feitas cerca de 150 denúncias de abuso e exploração sexual cometidos por membros da Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MUNOC) (UN Press, 2004). Em resposta a esse acontecimento, foi elaborado o Relatório Zeid (“*A comprehensive strategy to eliminate future sexual exploitation and abuse in United Nations peacekeeping operations*”) em março de 2005. Além de abordar em mais detalhes a forma como mulheres e meninas estão vulneráveis a diversos tipos de exploração, o relatório trata também dos *peacekeeper babies* (bebês dos soldados da paz) e da necessidade de se buscar uma forma efetiva de assegurar a responsabilização criminal dos agentes que praticam essas condutas (UFRGSMUN, 2013).

Assim, é possível perceber que a prática de violência sexual, infelizmente, é comum no âmbito das missões de paz das Nações Unidas. Nesse contexto, a Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH) não é uma exceção. Em linhas gerais, a MINUSTAH foi uma operação da ONU no Haiti, instaurada em 2004, através da SCR n. 1542 com o objetivo de reestabelecer a ordem após movimentos de insurgência que resultaram na deposição do então presidente, mergulhando o país em um cenário de instabilidade política e insegurança. Nos seus 13 anos de duração, ocorreram várias denúncias de abuso e exploração sexual e, apesar da operação ser considerada como uma das mais bem sucedidas, até hoje, as vítimas dos soldados da paz ainda enfrentam duras consequências pelos crimes cometidos pelos *peacekeepers*.

Partindo desse entendimento, a proposta do presente artigo é fazer uma abordagem sobre a situação das mulheres haitianas após o encerramento da MINUSTAH, especialmente quanto a proteção da violência física e psicológica durante a missão da ONU no Haiti. Assim, a pergunta problema a ser respondida é: em que medida os membros da missão da ONU são responsabilizados diante das denúncias de violência sexual no Haiti durante a MINUSTAH?

A fim de responder este questionamento, este trabalho se dividirá estruturalmente da seguinte forma: (a) explicação da MINUSTAH com o objetivo de apresentar o contexto em que a missão da ONU no Haiti se deu, destacando as complexidades do conflito; (b) descrição da aplicação da Política de Tolerância Zero no âmbito dessa missão de paz, com o fito de observar quais medidas foram propostas pela ONU diante dos acontecimentos relatados e (c) análise crítica sobre as medidas institucionais da ONU, apresentando um panorama geral das consequências da

MINUSTAH no que se refere aos abusos praticados pelos soldados da paz e quanto aos possíveis auxílios prestados às vítimas.

A metodologia utilizada foi a da análise de conteúdo (CAMPOS, 2004) e os recursos metodológicos foram os das pesquisas empíricas em ciências sociais. Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica de textos acadêmicos e notícias jornalísticas, bem como a busca no banco de dados da ONU, disponível na plataforma *Conduct in Field Missions*, sobre os procedimentos de investigação de denúncias de violência sexual de gênero pelas Nações Unidas, bem como a faixa etária das vítimas e nacionalidade e função dos acusados. Os dados disponíveis, a depender da informação que se busca, estão disponíveis a partir do ano de 2007 ou 2008, assim, serão analisados os dados entre os anos de 2007 e 20192. Também foram consultados documentos oficiais das Nações Unidas sobre a temática, entre Resoluções, Relatórios e normativas internas, como é o caso do Boletim do Secretário Geral, mencionado anteriormente. Com base nos dados coletados, foi realizada uma análise qualitativa das informações encontradas.

# A MISSÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ESTABILIZAÇÃO NO HAITI – MINUSTAH

A Missão de Estabilização da ONU no Haiti (MINUSTAH) é uma das missões de maior duração e uma das mais controvertidas das Nações Unidas. Apesar da Declaração do Presidente do Conselho de Segurança da ONU, do dia 17 de outubro de 2017, onde ele parabeniza a MINUSTAH pelos avanços alcançados em relação à estabilização da situação política e de segurança, bem como estabelecimento do regime democrático no Haiti (UNSC, 2017), a missão foi marcada por diversas acusações de abuso e exploração sexual cometidos por membros da MINUSTAH, além do tráfico de menores e uma epidemia de cólera. Importante destacar que, em que pese os ditos avanços, ainda há uma grande instabilidade política no país e altos índices de violência (CHADE, 2022).

2 Em que pese a MINUSTAH ter sido encerrada em 2017, ela foi substituída pela MINUJSTH, que, apesar de ter um objetivo distinto da sua antecessora, ainda tinha a natureza de uma Missão de Paz. Tendo em vista que a MINUJSTH foi a última Missão de Paz oficialmente atuante no Haiti, optou-se por utilizar o seu encerramento, no ano de 2019, como recorte temporal, tendo em vista os objetivos do presente trabalho e suas limitações. Porém, faz-se a ressalva de que o país ainda vive uma grave situação de insegurança e instabilidade política e que a ONU ainda desenvolve atividades no país.

Antes da MINUSTAH ter sido instaurada, o Haiti já era marcado por um cenário de pobreza extrema e instabilidade política o que, por si só, já refletia nos índices de violência contra as mulheres, que não apenas estavam vulneráveis, como, em função da miséria, muitas vezes se submetiam à uma “prostituição forçada”, como meio de sobrevivência. Com o agravamento da crise política e aumento da violência, a MINUSTAH veio com a promessa de promover a segurança, porém no caso das mulheres, os pacificadores da MINUSTAH se converteram em mais um “predador” ao invés de “salvadores”.

Assim, é sabido que antes da MINUSTAH ser instaurada o Haiti já enfrentava problemas. Insatisfeitos com a extrema pobreza e desigualdades sociais, no início do ano de 2004 vários levantes populares violentos começaram a irromper no país contra o então presidente, Jean-Bertrant Aristide. Esses levantes forçaram o presidente ao exílio, sendo instaurado um governo de transição que solicitou ajuda ao Conselho de Segurança da ONU que autorizou o envio de uma Força Multilateral Interina (MIF, sigla em inglês) em fevereiro de 2004 (Security Council Report, 2022).

Posteriormente, tendo em vista a continuidade da instabilidade política e agravamento da situação de insegurança, o CSONU reconheceu que o quadro no Haiti configurava uma ameaça à paz e à segurança internacional, determinando a instauração da Missão de Estabilização da ONU no Haiti (MINUSTAH), através da SCR 1542, no dia 30 de abril de 2004 (Security Council Report, 2022).

Originalmente, o mandato da MINUSTAH tinha duração de 6 meses, tendo sido autorizado com base no Capítulo VII da Carta das Nações Unidas. O objetivo da MINUSTAH era majoritariamente securitário, isto é, voltado à manutenção da ordem e contenção da violência, bem como ao fornecimento de suporte e auxílio no fortalecimento das forças policiais locais. Além disso, o mandato também previa o auxílio às autoridades locais para a organização de eleições e estabilização política, bem como monitoramento da situação de direitos humanos (Security Council Report, 2022).

Ocorre que, no final de 2004, houve um aumento significativo de violência relacionado à instabilidade política, bem como o crescimento da atuação de grupos ligados ao crime organizado. Após uma visita dos representantes do CSONU, em junho de 2005, a MINUSTAH teve o seu mandato renovado através da SCR 1608, com o intuito de assegurar as condições de segurança necessárias para que fossem realizadas as eleições no território haitiano. Para cumprir com esse objetivo houve um aumento do efetivo

militar e policial da missão que seria reduzido gradativamente, conforme as eleições fossem realizadas e a situação fosse se estabilizando (Security Council Report, 2022).

Apesar dos esforços da MINUSTAH, a situação de insegurança e ditas dificuldades práticas fizeram com que as eleições fossem adiadas repetidas vezes, até que enfim as eleições foram realizadas em fevereiro de 2006. Mesmo com as denúncias de irregularidades no processo eleitoral, o novo governo foi definitivamente estabelecido em junho de 2006. Contudo, as eleições municipais e locais ainda sofreram diversos adiamentos até que foram realizadas em dezembro do mesmo ano (Security Council Report, 2022).

Mesmo após a realização das eleições e de grandes operações conjuntas entre a MINUSTAH e a polícia local contra o crime organizado, os mandatos da missão continuaram sendo renovados com base no entendimento de que a presença da MINUSTAH era necessária para dar prosseguimento ao processo de estabilização do Haiti, conforme mencionado nas resoluções do Conselho de Segurança (Security Council Report, 2022).

Vale ressaltar que devido à sua localização geográfica, o Haiti está sujeito a diversos fenômenos naturais, como tornados e furacões (COTA, 2021). Assim, em 2008, a temporada de furacões causou diversos prejuízos à agricultura, o que contribuiu para a manutenção da crise econômica e social o que incentivou a manutenção MINUSTAH. Com o agravamento da crise alimentar, uma vez mais o Haiti viu uma escalada da violência (Security Council Report, 2022).

Durante o ano de 2009, após uma reforma constitucional e novas eleições parlamentares, os diversos países envolvidos na missão no Haiti finalmente passaram a vislumbrar a possibilidade de encerramento da MINUSTAH. Contudo, em janeiro de 2010 um terremoto de magnitude 7 na escala Richter atinge o território haitiano. Além de abalar a situação política, que ainda era instável, o terremoto causou uma grave crise humanitária com mais de 200 mil mortos, milhares de refugiados e deslocados internos e mais de 1 milhão de desabrigados, agravando ainda mais a crise social e econômica no país (Security Council Report, 2022).

Em resposta ao agravamento da crise no Haiti, o CSONU emitiu a SCR 1908, em 19 de janeiro de 2010, solicitando o aumento do contingente da MINUSTAH para poder atender à nova demanda. Essa resolução foi seguida pela SCR 1927, de 4 de junho de 2010 que além de reforçar a importância de dar continuidade às atividades anteriores ao terremoto, aumenta o efetivo da missão que passa a contar com mais de 8.900

componentes militares e quase 4.400 componentes policiais. Nesse cenário de destruição e incerteza, diante da aproximação das novas eleições, o mandato da MINUSTAH foi renovado em 14 de outubro do mesmo ano através da SCR 1944. No mesmo ano teve início um surto de cólera no país, cuja origem foi, posteriormente, atribuída a membros da MINUSTAH.

Apesar de certos episódios de violência durante o período eleitoral, em maio de 2011 as eleições presidenciais e parlamentares foram concluídas e diante dos avanços tanto no processo de reconstrução pós-terremoto, quanto na transição presidencial, em outubro de 2011 o CSONU adotou a SCR 2012, renovando o mandato da missão, porém determinando uma diminuição do contingente militar (Security Council Report, 2022).

Durante o ano de 2013, houve uma melhora considerável no cenário político e econômico do Haiti, permitindo a redução progressiva do efetivo da missão, ao ponto que, em outubro daquele ano, foi adotada a SCR 2119, que reduziu o contingente militar da MINUSTAH, mantendo porém os agentes de polícia. No período de adoção da referida medida, já começaram a surgir questionamentos quanto à necessidade da manutenção da MINUSTAH por parte de outros Estados, como o Reino Unido (Security Council Report, 2022).

O argumento utilizado era que, diante dos avanços alcançados, a missão estaria realizando atividades que poderiam ser realizadas por outros órgãos da ONU. Em sequência, em março de 2014, a Representante Especial abordou o relatório do Secretário- Geral da ONU sobre a missão, prometendo que seriam realizados estudos para identificar o melhor plano de substituição da MINUSTAH.

Contudo, ainda em 2014, a Representante Especial expressou sua preocupação com as dificuldades para realizar as eleições parlamentares. Apesar disso, ela não se opunha à redução do contingente militar da MINUSTAH, que foi posteriormente efetivada através da SCR 2180, em outubro do mesmo ano. Tal resolução foi criticada por países que contribuíam com o efetivo militar da MINUSTAH, como Argentina, Chile, Equador e Guatemala, que tinham relutâncias em relação a essa redução.

Por sua vez, a SCR 2243 (2015) ao renovar o mandato da MINUSTAH, também faz referência ao desenvolvimento da Missão de Avaliação Estratégica (*Strategic Assessment Mission*) que tinha o objetivo de apresentar recomendações sobre as futuras ações das ONU no Haiti, em substituição a missão de estabilização. Apesar das dificuldades e constante adiamento das eleições no Haiti ao longo de 2015 e 2016, bem como o agravamento da crise alimentar causado pelo furacão Mathew, que atingiu o país

em outubro de 2016, os debates sobre o encerramento da missão continuaram (Security Council Report, 2022).

Como resultado, e após a realização das eleições presidenciais no Haiti, em 13 de abril de 2017 foi adotada a SCR 2350 que estabelecia a última renovação do mandato da MINUSTAH, bem como a sua substituição por uma missão de menor escala, destinada a auxiliar principalmente com o fortalecimento das instituições judiciais haitianas, a Missão das Nações Unidas para o Apoio à Justiça no Haiti (MINUJUSTH). Ao contrário da sua predecessora, a MINUJUSTH não mais contaria com um efetivo militar, mas apenas com agentes policiais.

Após 13 anos, a MINUSTAH foi encerrada em outubro de 2017. O Presidente do CSONU, através de um pronunciamento, congratulou a missão pela sua contribuição com a restauração da segurança e estabilização do Haiti (CSONU, 2017). Em meio a êxitos e controvérsias, a herança da MINUSTAH é um país que segue marcado pela extrema pobreza e instabilidade política, agora também com os “resquícios” da missão para acrescentar à lista de problemas, principalmente na vida das mulheres haitianas.

# A POLÍTICA DE TOLERÂNCIA ZERO APLICADA À MISSÃO DE PAZ NO HAITI

Apesar da Política de Tolerância Zero ter sido inaugurada, no âmbito das Nações Unidas em 2003 (SMITH, 2017), a SCR 1542 que instaura a MINUSTAH não faz nenhuma menção à essa política. A primeira menção à Política de Tolerância Zero no âmbito da MINUSTAH foi na SCR 1608 de junho de 2005. No dia 13 de maio de 2005, alguns meses após a publicação do Zeid Report, foi publicado o Relatório do Secretário- Geral sobre o Haiti onde constava a informação de que todos os novos membros das missões estavam realizando um treinamento compulsório sobre os standards da ONU e política de combate à exploração sexual e abuso sexual. A menção feita à Política de Tolerância Zero na SCR 1608 elogia essas medidas e incentiva que os países que fornecem tropas às missões de paz adotem medidas preventivas e ações disciplinares para assegurar que esses crimes sejam devidamente investigados e punidos.

De acordo com o Relatório do Secretário Geral referente ao ano de 2006, nesse ano foram realizados treinamentos com todas as categorias de agentes da missão sobre prevenção aos casos de abuso e exploração sexual. Apesar desses esforços, no mesmo ano, foram relatados casos de estupro e abuso sexual cometidos por membros da

MINUSTAH (BBC, 27/08/2007). As iniciativas de conscientização e treinamento foram aparentemente reforçadas em 2007, através da criação de módulos integrados de treinamento destinados às forças militares e policiais (*Secretary-General Report on the situation in Haiti*, 27/08/2007). Enquanto isso, nas duas resoluções do CSONU desse ano (SCR 1743 e SCR 1780), a menção à Política de Tolerância Zero limitou-se a termos genéricos, requerendo que o Secretário Geral continuasse adotando as medidas necessárias para que os membros da MINUSTAH observassem a política de Tolerância Zero e mantivesse o CSONU informado, além de requerer que os países de origem das tropas participantes garantissem a investigação e responsabilização dos seus nacionais envolvidos nas denúncias.

Vale destacar que quase todas as menções à política de tolerância zero nas resoluções do CSONU possuem a mesma redação, inclusive a SCR 1840 de setembro de 2008, posterior ao escândalo que veio à tona no final de 2007 sobre o envolvimento de soldados originários do Sri Lanka em um esquema de exploração sexual e tráfico de crianças. Mais de 100 soldados foram repatriados. A porta-voz do Secretário Geral informou que equipes investigativas foram formadas e que a MINUSTAH, o governo do Sri Lanka e o Departamento das Nações Unidas para Operações de Paz UN estavam trabalhando em conjunto para fornecer suporte às vítimas (UN News, 2007).

Apesar do silêncio da SCR 1840 sobre os escândalos, de acordo com o relatório do Secretário-Geral do dia 26 de março de 2008, a MINUSTAH deu continuidade aos treinamentos que, à época, alcançou mais de 3000 membros da missão, entre militares, policiais e agentes civis. De acordo com esse relatório, além dos 111 soldados do Sri Lanka – que estariam sendo investigados no seu país de origem – também foram repatriados outros 12 membros da missão acusados de cometer abusos e exploração sexual. Em um segundo relatório, publicado em 27 de agosto do mesmo ano, foi indicado que outros dois membros da MINUSTAH foram repatriados pelo mesmo motivo.

No ano seguinte ocorreram novos repatriamentos, sendo 7 em razão de denúncias de abuso e exploração sexual (General Secretary Report, 2009). A MINUSTAH adotou também novos métodos de capacitação e sensibilização sobre a Política de Tolerância Zero, tanto em âmbito interno, quanto com a população local. Mais de 3000 membros da missão passaram por treinamentos e foram realizados workshops com cerca de 35 pontos focais de atuação no combate ao abuso e à exploração sexual.

Após o terremoto em 2010, as investidas da MINUSTAH nos treinamentos sobre a política de tolerância zero foram significativamente reduzidas, ainda assim, foram

realizados treinamentos com os novos membros que vieram para reforçar a missão e a MINUSTAH passou a desenvolver, junto às agências da ONU e outras ONGs, um mecanismo comum para tratar sobre exploração sexual a abuso. Em 2011, foi dado prosseguimento às ações preventivas.

Em janeiro de 2012, novas denúncias de abuso e exploração sexual fizeram com que a ONU enviasse uma equipe ao Haiti para apurar os casos. Segundo o relatório do Secretário-Geral, publicado em 29/02/2012, alguns dos casos envolviam o abuso de menores, o que motivou diversos protestos e o Senado haitiano chegou a requerer que a imunidade de dois membros da MINUSTAH fosse retirada para que eles pudessem ser processados pelo sistema judicial haitiano. Ainda de acordo com o relatório, a resposta da MINUSTAH ao caso foi realizar investigações internas, aplicar medidas disciplinares e intensificar os treinamentos sobre a política de tolerância-zero. Além disso, a MINUSTAH passou a apoiar a Equipe Local da ONU e a Ouvidoria do Haiti na elaboração de uma estratégia de assistência às vítimas.

Nos anos seguintes, a MINUSTAH seguiu com os treinamentos e campanhas de conscientização, não havendo menções a novos repatriamentos ou investigações nos relatórios do Secretário-Geral. Durante todos esses anos, inclusive durante os períodos em que escândalos de exploração sexual e abuso na MINUSTAH foram manchetes ao redor do mundo, o CSONU se manteve em silencio, limitando-se a reiterar repetidamente o mesmo parágrafo genérico sobre a implementação da política de tolerância-zero e responsabilidade dos Estados de origem dos acusados em realizar as investigações e proceder com a responsabilização. Por sua vez, a única menção feita pelo Presidente do CSONU à política de tolerância zero ocorreu no seu pronunciamento sobre o fim da MINUSTAH em 2017, onde ele reafirmou o apoio à essa política e destacou a importância de fornecer apoio às vítimas (CSONU, 2017).

Em junho de 2017, o CSONU realizou uma visita à MINUSTAH para discutir o seu encerramento e quais medidas seriam necessárias para implementar a MINUJUSTH. Nessa ocasião, diversos interlocutores expressaram a necessidade de que a ONU fornecesse assistência às “crianças sem pai” nascidas de casos de abuso e exploração sexual praticados pelos soldados da paz.

A MINUJUSTH herdou 31 casos de exploração e abuso sexual, dentre os quais havia, também, um pedido de reconhecimento de paternidade. Durante a MINUJUSTH foi dado prosseguimento à agenda de treinamento sobre a política de tolerância-zero. Os Relatórios do Secretário-Geral de 2018 relatam que foi indicado um Advogado pelo

Direito das Vítimas que elaborou um projeto voltado ao pagamento de taxas escolares e fornecimento de alimentos para os filhos das vítimas.

Os Relatórios de 2019 apontam não apenas para o prosseguimento das ações de prevenção, como também para o desenvolvimento das medidas de reparação, fornecendo assistência médica, financeira e psicossocial às vítimas, auxílio educacional para 31 crianças e assistência legal em relação aos processos pendentes, inclusive de reconhecimento de paternidade. O Secretário-Geral reafirmou que o auxílio processual às vítimas seguiria sendo uma prioridade da ONU no Haiti e também destacou a importância do desenvolvimento de um plano para assegurar assistência às vítimas e seus filhos. A MINUJUSTH foi encerrada em 2019, não havendo registro de novas denúncias durante a sua vigência, de acordo com os relatórios do Secretário-Geral3.

# A HERANÇA DA MINUSTAH

Após compreender de que forma a MINUSTAH foi conduzida e como a política de tolerância zero foi aplicada durante a missão, passa-se à uma análise das medidas relativas à resposta das Nações Unidas às acusações de abuso e exploração sexual cometidas por membros da MINUSTAH. Por fim, em posse desse conhecimento, é preciso observar os impactos causados às vítimas e quais medidas de reparação e apoio foram adotadas.

No que concerne ao tratamento das denúncias, em 2017, o departamento de Conduta e Disciplina criou uma plataforma que contém uma base de dados sobre os casos de abuso e exploração sexual cometidos pelos soldados da paz. Ao consultar essa base de dados, é possível verificar que o sistema das Nações Unidas, registra 116 denúncias entre os anos de 2007 e 2019 (UN, 2022). No que diz respeito à idade das vítimas, os dados indicam que apenas 19 eram menores de idade, sendo que é curioso notar que, entre os anos de 2007 e 2008, não há confirmação de que houve vítimas menores de idade, em que pese o escândalo noticiado nesse período em relação aos soldados da paz vindos do Sri Lanka (Reliefweb, 2007).

De acordo com o banco de dados da ONU, os anos com o maior número de casos reportados foram, respectivamente, 2007 (19), 2013 (17), 2011 (15) e 2014 (13). Também consta na plataforma, um gráfico indicando o fluxo de comunicação com os Estados

membros sobre o andamento das investigações e seus resultados em âmbito interno. Da análise do gráfico, é possível verificar que, pelo menos até 2012, existia uma significativa desídia dos Estados membros, visto que mais de 50% das notificações encaminhadas pela ONU, permaneciam sem resposta. Houve uma drástica mudança no período entre 2013 e 2016, porém a partir de 2017 até 2019, houve uma nova redução na comunicação empreendida entre as Nações Unidas e os Estados responsáveis pela apuração da conduta de seus enviados às Missões de Paz.

Gráfico 1 – Comunicação entre a ONU e os Estados Membros



Fonte: Conduct in UN Field Missions, 2022.

Especificamente em relação às investigações, os gráficos indicam que a maioria delas foram devidamente concluídas, sendo 91 denúncias confirmadas até o ano de 2019. Contudo, ao observar os gráficos relativos às ações de responsabilização adotadas pela ONU, consta que das 91 alegações confirmadas, apenas 43 ações foram tomadas. Vale lembrar que há diferentes medidas de responsabilização para agentes civis e militares.

Dentre as penalidades que podem ser aplicadas às forças militares e policiais, a ONU possui competência apenas para determinar a repatriação do agente acusado e proibir sua participação em outras missões vinculadas às Nações Unidas. Já no que se refere aos agentes civis, para além do afastamento, que pode ocorrer por dispensa ou término de contrato, existe também a possibilidade de aplicação de penas administrativas e penalidades financeiras. De acordo com os dados da plataforma oficial da ONU, em cerca de 80% dos casos, foram adotadas apenas medidas de afastamento, tanto para oficiais militares e agentes civis.

Gráfico 2 – Ações de responsabilização adotadas pela ONU e pelos Governos Nacionais em relação aos agentes militares



Fonte: Conduct in UN Field Missions, 2022.

Gráfico 3 – Ações de responsabilização adotadas pela ONU em relação à agentes civis



Fonte: Conduct in UN Field Missions, 2022.

Assim, o que se percebe é que as medidas de responsabilização cabíveis no âmbito da ONU, na grande maioria dos casos, resultam apenas no afastamento do agente, sem gerar efeitos efetivamente punitivos ou educacionais, nem promover qualquer tipo de reparação para as vítimas. Por sua vez, no que se refere à responsabilização criminal junto aos seus Estados de origem, o cenário é ainda mais desanimador, pois o que se constata é a prevalência da impunidade pelos crimes cometidos.

Para ilustrar essa conclusão, vale recordar que a ONU reconheceu o caso de envolvimento de mais de uma centena de soldados do Sri Lanka na exploração sexual de pessoas durante a MINUSTAH, em 2007 (Reliefweb, 2007). Entretanto, ao consultar o banco de danos das Nações Unidas, o Sri Lanka sequer aparece listado entre os países de nacionalidade dos membros da MINUSTAH acusados de abuso ou violência sexual.

Gráfico 4 – Nacionalidade dos acusados de abuso e violência sexual



Fonte: Conduct in UN Field Missions, 2022.

Mesmo diante de tais dados, desde 2015, a ONU vem desenvolvendo diversos mecanismos com o objetivo de fornecer auxílio às vítimas de abuso e violência sexual, além de buscar aprimorar os procedimentos de apuração de responsabilidade (ONU, 2019). No campo da responsabilização, foram estabelecidos prazos para a realização de investigações após o recebimento das denúncias, com o objetivo de promover uma investigação célere, além de coletar e preservar provas.

Por sua vez, no que se refere ao auxílio às vítimas, a ONU vem desenvolvendo um sistema para facilitar os reconhecimentos de paternidade, bem como fornecer assistência jurídica às mulheres quanto aos procedimentos. Além disso, foi criado um Fundo de apoio às vítimas (*Trust Fund in Support of victims of sexual exploitation and*

*abuse*) em 2016, que apoia, até então, 34 projetos de assistência às vítimas em território haitiano (UN, 2022).

Ocorre que, na prática, esse auxílio, ou não é prestado, ou não são realizados de forma a acabara com as raízes dessa estrutura. Em 2008, a ONG Save the Children publicou um relatório entitulado “No One To Turn To”, onde apresenta o resultado de pesquisas realizadas sobre o abuso e exploração sexual de menores por membros das missões de paz da ONU no Sudão do Sul, Costa do Marfim e Haiti.

De acordo com o relatório, apesar da maioria das vítimas ter entre 14 e 15 anos, há relatos de crianças de até 6 anos que foram vítimas de algum tipo de abuso de natureza sexual, praticados por membros de missões de paz. Outra informação importante contida no relatório diz respeito à ineficácia na responsabilização dos acusados. Das 856 denúncias de má conduta sexual praticada por participantes das missões de paz (incluindo agentes vinculados à ONU e voluntários), entre os anos de 2004 e 2006, menos de 50% delas foram apuradas e concluídas (CSÉKY, 2008).

Além da ineficiência em fornecer uma resposta às acusações, principalmente em relação ao Haiti, o relatório indica que a subnotificação dos casos também estaria relacionada ao medo de represálias por parte dos perpetradores dos abusos, bem como à falta de confiança nas autoridades, pois de acordo com os relatos, havia acordos entre os membros da MINUSTAH e autoridades locais para encobrir as práticas. Outra dificuldade apontada pelo Relatório no que diz respeito à investigação e responsabilização, é que a repatriação impedia as autoridades locais de adotarem qualquer medida contra os acusados (CSÁKY, 2008).

Um estudo de 2019, conduzido por pesquisadoras da Universidade de Birmingham, reforça os relatos de abuso e exploração de mulheres e crianças por parte dos membros da MINUSTAH e mostra um quadro ainda mais preocupante. Não apenas existem vários casos de bebês abandonados pelos *peacekeepers* no Haiti, como também, essas crianças e suas mães vivem em uma situação de completo abandono (LEE; BARTELS, 2019).

O estudo (LEE; BARTELS, 2019) começa trazendo relatos que mostram que, além da violência sexual praticada por parte de agentes da MINUSTAH, as vítimas acabavam enfrentando outras dificuldades em decorrência dessa violência, como foi o caso de uma menina de 14 anos que, após sofrer abusos que resultaram em uma gravidez, foi expulsa de casa. Abandonada pela família e pelo pai da criança, que retornou ao seu

país após o fim da MINUSTAH, essa mulher vive em condições precárias e malmente tem condições de alimentar a si mesma e seu filho.

Os relatos indicam que essas mulheres não recebem qualquer tipo de assistência, seja do país de origem dos pais das crianças, da própria ONU ou mesmo do governo haitiano (LEE; BARTELS, 2019). Vale destacar que, mesmo após o fim da MINUSTAH e da MINUJUSTH, o Haiti ainda é marcado por um ambiente de violência e extrema pobreza, o que faz com que as vítimas de abuso e exploração sexual cometidos por agentes da MINUSTAH se encontrem em uma situação de extrema vulnerabilidade (CHADE, 2022).

Além de não receberem qualquer tipo de assistência financeira, as vítimas também não recebem qualquer suporte médico e psicológico (LEE; BARTELS, 2019). Outro ponto destacado por Lee e Bartels (2019) é que, apesar de o Fact Sheet de 2019 indicar que a ONU tem trabalhado no desenvolvimento de um banco de dados de DNA dos *peacekeepers*, com o objetivo de facilitar as ações de reconhecimento de paternidade, análises empíricas demonstram que as Nações Unidas não têm cooperado com o sistema judicial haitiano nessa temática.

# CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desse estudo, foi possível observar as falhas e fraquezas da Política de Tolerância Zero aplicada à realidade durante a Missão de Paz no Haiti. No primeiro tópico, a partir de uma breve análise a respeito do histórico da MINUSTAH, foi possível verificar que os soldados da paz já chegaram ao Haiti diante de um contexto bastante favorável à prática de abusos, uma vez que parte significativa da população estava em um contexto de extrema pobreza.

A MINUSTAH, que iniciou como uma missão para reestabelecer a ordem e diante de um cenário de violência política teve seu mandato continuamente renovado, com base, inclusive, em motivações diversas da inicial, como o auxílio humanitário após desastres naturais e epidemias. Ao longo desse período, os efetivos militares e policiais em território haitiano foram continuamente aumentados. Quando a MINUSTAH foi encerrada, em 2017, ela foi considerada um sucesso pelo Presidente do CSONU, apesar das diversas denúncias de abuso sexual. Além disso, apesar de ser tida como bem sucedida, ao observar o cenário atual do Haiti, nota-se que o país ainda enfrenta grande estabilidade política e a população segue em condições de extrema vulnerabilidade.

No tópico seguinte, dedicado a investigar a aplicação da Política de Tolerância Zero no âmbito da MINUSTAH, primeiramente, deve-se destacar que essa política surgiu após a repercussão de denúncias contra *peacekeepers*, uma prática relatada desde as operações na Bósnia, na década de 90. Logo, apesar de não ser uma novidade nas Missões de Paz, foi apenas em 2003, após grandes escândalos virem à tona, que uma medida específica passou a ser desenvolvida pela ONU. Acontece que, a partir da forma como essa Política foi aplicada à MINUSTAH, o que foi possível notar é que, nos documentos oficiais como relatórios e resoluções da ONU, ela era mencionada de forma genérica e sua aplicação possui uma natureza predominantemente preventiva.

É dizer, em resposta às denúncias, percebeu-se uma intensificação das campanhas de divulgação da Política de Tolerância Zero e conscientização sobre abuso e exploração sexual, porém, essas capacitações não evitaram o surgimento de novas denúncias durante toda a permanência da Missão no Haiti. Além disso, os relatórios da ONU não fazem menção às medidas adotadas para acolhimento das vítimas.

É diante desse contexto que, no terceiro tópico do presente artigo, buscou-se identificar quais as medidas adotadas na prática diante das denúncias de abuso e exploração sexual na MINUSTAH. A partir dos dados disponibilizados pela própria ONU, de início, já chama a atenção que os dados mais antigos datam de 2007, sendo que a MINUSTAH teve início em 2004. Além disso, ao comparar os gráficos sobre as nacionalidades dos agentes denunciados, nota-se incongruências com notícias de abuso veiculadas pelos meios de comunicação e confirmadas pela própria ONU, como ocorreu com os soldados do Sri Lanka.

Dessa forma, os dados relativos ao número de denúncias, bem como a nacionalidade dos agressores, apontam para uma possível subnotificação, quando comparados aos relatos de vítimas e relatórios de ONGs que atuavam no Haiti na época. Outro dado preocupante diz respeito às consequências dessas práticas de abuso e exploração. Em relação aos agressores, percebe-se um cenário de impunidade, visto que poucos foram responsabilizados em seu país de origem e, no âmbito da competência da ONU, sua punição ficou limitada ao afastamento.

Por sua vez, as vítimas desses abusos, muitas delas que já se encontravam em situação de extrema vulnerabilidade antes mesmo da MINUSTAH, parecem ter sido completamente abandonadas pelo Estado e pala ONU. Em que pese o banco de dados analisado indicar que recursos de um Fundo Especial de auxílio às vítimas de abuso e

exploração ter sido destinado à algumas mulheres haitianas, não há informações mais precisas sobre a forma como esses recursos são empregados.

Além disso, relatos da população local mostram que em especial as mulheres e meninas que tiveram filhos como resultado de relações com *peacekeepers*, estão em uma situação ainda pior de vulnerabilidade. Isso porque, após a retirada da MINUSTAH do Haiti, essas mulheres e meninas foram abandonadas com seus bebês e, muitas vezes, acabaram sendo rejeitadas por seus familiares e têm muita dificuldade de assegurar o seu sustento e dos filhos. Para além dessas dificuldades materiais enfrentadas pelas vítimas da MINUSTAH, as vítimas ainda têm que lidar com os impactos psicológicos e emocionais do abuso, sem que haja informação de medidas adotadas pela ONU ou pelo governo Haitiano de suporte psicológico e de saúde à essas pessoas.

Apesar dos ditos avanços alcançados pela MINUSTAH e por sua sucessora, a MINUJSTH, ainda nos dias de hoje o Haiti vive uma situação grave de instabilidade política, com grande parte da população em situação de extrema pobreza e desigualdade, o que torna mulheres e crianças ainda mais vulneráveis às práticas de abuso e exploração sexual.

Durante toda a duração da MINUSTAH não houve um único pronunciamento do Presidente do CSONU sobre a questão dos abusos e exploração sexual cometidos pelos soldados da paz. A única menção ao tema ocorreu no pronunciamento presidencial sobre o encerramento da MINUSTAH, contudo, na ocasião o Presidente do CSONU limitou- se a reafirmar o compromisso do Conselho com a política de tolerância zero da ONU e a importância de fornecer apoio às vítimas de abuso e exploração sexual.

A SCR 1542 (2004) que inaugurou a MINUSTAH apesar de fazer referência à SCR 1325 (2000) que trata sobre a Agenda sobre Mulheres, Paz e Segurança, não fazia nenhuma menção à Política de Tolerância Zero da ONU em relação à abusos e exploração sexual cometidos por pacificadores, apesar do histórico de casos dessa natureza nas missões conduzidas pela ONU. Apenas em junho de 2005 essa política de combate aos abusos cometidos por membros da missão contra mulheres apareceu pela primeira vez.

Após a primeira menção, na SCR 1608 (2005), a referência à Política de Tolerância Zero apareceu em quase todas as demais resoluções do CSONU concernentes a MINUSTAH. Das 20 Resoluções do Conselho de Segurança sobre a MINUSTAH, 13 faziam referência à política de tolerância zero, porém sempre de forma genérica.

A Política de Tolerância Zero e o protocolo da ONU sobre o assunto possuem caráter essencialmente preventivo. Apesar disso, no caso do Haiti, só se percebeu um

empenho maior para aplicar esse protocolo após os primeiros casos já terem ocorrido. Ainda assim, mesmo adotando medidas de implementação desse protocolo, isso não foi suficiente para impedir novos casos.

O principal problema em torno da Política de Tolerância Zero, reside no fato de ela ser apenas preventiva, não existindo um protocolo para tratar os casos de abuso e exploração sexual após terem sido cometidos. Consequentemente, não há um procedimento padrão para prestar assistência às vítimas, muito menos um mecanismo para cobrar a responsabilização dos abusadores. O protocolo existente no âmbito da ONU limita-se a prever o afastamento do acusado, proibição de participação em novas missões e retenção de pagamento, porém não há outro tipo de punição.

É fato que, até o presente momento, existe uma lacuna legal no que concerne à responsabilização de *peacekeepers*, especialmente em torno de qual país teria competência para conduzir as investigações e um posterior processo judicial. Apesar dos esforços da ONU em busca de sanar essa dúvida, a prática internacional segue dividida. A SCR 2272 (2016) reafirma a responsabilidade primária dos países que fornecem tropas e pessoal às missões, de conduzirem as investigações e, quando necessário, se encarregarem de realizar um processo criminal para combater a impunidade, o que nos leva a perceber uma inclinação no sentido de que a competência para o processamento recai sobre os países de origem dos soldados da paz.

A despeito desse debate, nada impede que a ONU pressione os países para que que sejam adotadas medidas efetivas de responsabilização. Entretanto, na prática, não se percebem grandes esforços nesse sentido. Nos poucos casos em que houve certa cooperação dos Estados Membros com a ONU, as medidas adotadas costumam ser pouco satisfatórias, visto que não produzem efeitos duradouros, nem promovem qualquer reparação à vítima. Porém, a cooperação é medida de exceção, pois os dados da ONU revelam um cenário de grande impunidade para os abusadores, quando retornam aos seus países de origem.

Enquanto a impunidade dos *peacekeepers* é perpetuada, suas vítimas sofrem com as consequências dos crimes cometidos, consequências essas que apenas agravam o sofrimento de mulheres e crianças que já viviam em situações de extrema vulnerabilidade, uma vez que estão inseridas em contextos de instabilidade política, conflitos civis e desastres ambientais.

A política de tolerância zero é muito importante para guiar qualquer intervenção de organismos internacionais em cenários de conflito e/ou crise humanitária. Contudo,

ela não é capaz de dar assistência às pessoas que já sofreram abusos. O atual procedimento das Nações Unidas em termos de repressão e responsabilização mostra-se muito ineficaz, além de contribuir com um processo de revitimização daqueles que viam nos enviados em Missões de Paz uma esperança de proteção e melhores condições de vida.

Apesar de reconhecer as limitações da atuação da ONU nessa temática que envolve, sobretudo, questões de soberania, sobre quem pode processar e julgar um soldado da paz, uma vez que as Missões de Paz, como a MINUSTAH, têm como principal foco aliviar o sofrimento de uma população em extrema vulnerabilidade, é essencial que exista uma mobilização real que possa fornecer amparo às vítimas desses abusos.

# REFERÊNCIAS

BBC NEWS. **Peacekeepers ‘abusing children’**. 27 maio de 2008. Disponivel em:

<<http://news.bbc.co.uk/2/hi/in_depth/7420798.stm>>. Acesso em : 28/09/2022.

CAMPOS, Claudinei. Método de Análise de Conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. In: **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, 2004. p.611-614. Disponível em:

<https:/[/www.scielo.br/j/reben/a/wBbjs9fZ](http://www.scielo.br/j/reben/a/wBbjs9fZBDrM3c3x4bDd3rc/?format=pdf&lang=pt)B[DrM3c3x4bDd3rc/?format=pdf&lang=pt>.](http://www.scielo.br/j/reben/a/wBbjs9fZBDrM3c3x4bDd3rc/?format=pdf&lang=pt) Acesso em: 27/09/2022

CSÁKY, Corinna. **No One to Turn To**: The under-reporting of child sexual exploitation and abuse by aid workers and peacekeepers. Save The Children UK: London, 2008. Disponível em:

<[http://pseataskforce.org/uploads/tools/noonetoturnunderreportingofchildseabyaidwork](http://pseataskforce.org/uploads/tools/noonetoturnunderreportingofchildseabyaidworkersandpeacekeepers_savethechildrenuk_english.pdf) [ersandpeacekeepers\_savethechildrenuk\_english.pdf](http://pseataskforce.org/uploads/tools/noonetoturnunderreportingofchildseabyaidworkersandpeacekeepers_savethechildrenuk_english.pdf)>. Acesso em: 29/09/2022.

LEE, Sabine; BARTELS, Susan. **‘They put a few coins in your hands to drop a baby in you’ – 265 stories of Haitian children abandoned by UN fathers**. The Conversation, 17/12/2019. Disponível em: <[https://theconversation.com/they-put-a-](https://theconversation.com/they-put-a-few-coins-in-your-hands-to-drop-a-baby-in-you-265-stories-of-haitian-children-abandoned-by-un-fathers-114854) [few-coins-in-your-hands-to-drop-a-baby-in-you-265-stories-of-haitian-children-](https://theconversation.com/they-put-a-few-coins-in-your-hands-to-drop-a-baby-in-you-265-stories-of-haitian-children-abandoned-by-un-fathers-114854) [abandoned-by-un-fathers-114854](https://theconversation.com/they-put-a-few-coins-in-your-hands-to-drop-a-baby-in-you-265-stories-of-haitian-children-abandoned-by-un-fathers-114854)>. Acesso em : 01/10/2022.

ReliefeWeb. **Haiti :** Over 100 Sri Lanka Blue Helmets repatriated on disciplinary grounds. 02 nov. 2007. Disponível em : <https://reliefweb.int/report/haiti/haiti-over- 100-sri-lankan-blue-helmets-repatriated-disciplinary-grounds- unhttps://reliefweb.int/report/haiti/haiti-over-100-sri-lankan-blue-helmets-repatriated- disciplinary-grounds-un>. Acesso em : 01/10/2022.

Security Council Report. **Chronology of Events:** Haiti. 2022. Disponível em:

<<https://www.securitycouncilreport.org/chronology/haiti.php>>. Acesso em : 28/09/2022.

UFRGSMUN: **UFRGS Model United Nations:** Break through the surface. Reach hidden answers./Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências

Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais - Vol. 1(2013) - Porto Alegre: UFRGS/FCE/PPGEEI, 2013.

UN NEWS. **Haiti:** Over 100 Sri Lankan blue helmets repatriated on disciplinary grounds. 02/11/2007. Disponível em: <[https://news.un.org/en/story/2007/11/238162-](https://news.un.org/en/story/2007/11/238162-haiti-over-100-sri-lankan-blue-helmets-repatriated-disciplinary-grounds-un) [haiti-over-100-sri-lankan-blue-helmets-repatriated-disciplinary-grounds-un](https://news.un.org/en/story/2007/11/238162-haiti-over-100-sri-lankan-blue-helmets-repatriated-disciplinary-grounds-un)>. Acesso em : 02/10/2022.

UN Press. **Press Briefing on Sexual Exploitation Allegations related to UN Mission in Democratic Republic of Congo**. 22 nov. 2004. Disponível em:

<<https://press.un.org/en/2004/lute041122.doc.htm>>. Acesso em: 03/10/2022.

UN. **Conduct in UN Field Missions**. 2022. Disponível em:

<<https://conduct.unmissions.org/sea-data-introduction>>. Acesso em: 28/09/2022.

 . **Fact Sheet:** Sexual Exploitation and Abuse – Peacekeeping Initiatives in Action. 2019. Disponível em:

<<https://peacekeeping.un.org/sites/default/files/sea_fact_sheet_1.pdf>>. Aceso em : 29/09/2022.

United Nations Secretariat. **Secretary-General Bulletin ST/SGB/2003/13**. Disponível em: <[https://www.unhcr.org/protection/operations/405ac6614/secretary-generals-](https://www.unhcr.org/protection/operations/405ac6614/secretary-generals-bulletin-special-measures-protection-sexual-exploitation.html) [bulletin-special-measures-protection-sexual-exploitation.html](https://www.unhcr.org/protection/operations/405ac6614/secretary-generals-bulletin-special-measures-protection-sexual-exploitation.html)>. Acesso em : 28/09/2022.

United Nations Security Council. **Reports of the Secretary-General on the United Nations Mission for Justice Support in Haiti**. Disponível em:

<[http://www.securitycouncilreport.org/](http://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/s_2018_241.pdf)>. Acesso em : 03/10/2022.

 . **Security Council Resolitions**. Disponível em:

<[http://unscr.com/en/resolutions/](http://unscr.com/en/resolutions/1908)>. Acesso em: 28/09/2022.

 . **Statement by the President of the Security Council**. 17 October 2017. Disponível em: <[http://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-](http://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/s_prst_2017_20.pdf) [4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/s\_prst\_2017\_20.pdf](http://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/s_prst_2017_20.pdf)>. Acesso em: 30/09/2022.

 . United Nations Mission for Justice Support in Haiti. **Reports of the Secretary-General. 9 October 2019**. Disponível em:

<[https://www.securitycouncilreport.org](https://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/S_2019_805.pdf)>. Acesso em: 30/09/2022.

1. Doutora em Direito pela Universidade Federal do Estado do Pará – UFPA. Professora do Programa de Mestrado em Direito, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional do CESUPA e do Instituto de Ciências Jurídicas da UFPA. [↑](#footnote-ref-1)
2. Mestre em Direito das ONGs, Direito Humanitário e Direitos Humanos pela Universidade de Estrasburgo (França). Bacharela em Direito pelo Centro Universitário do Estado do Pará – CESUPA. [↑](#footnote-ref-2)